

RECURSO ESPECIAL Nº 1.778.333 - SP (2018/0293582-6)

RECORRENTE : HELCIO RODRIGUES DE MATOS
RECORRENTE : EDUARDO VENTURA CAETANO
RECORRENTE : ODAIR JOSE ALVES DE CAMARGO
RECORRENTE : APARECIDO ANTONELLI
RECORRENTE : WALDELIR FAUSTINO PEREIRA
RECORRENTE : EDSON ANTONIO LIMA
RECORRENTE : LUIS ANTONIO DA SILVA
RECORRENTE : MARCILIO ROQUE DE LIMA
RECORRENTE : REGINALDO CESAR
RECORRENTE : JUNIVAL DE QUEIROZ
ADVOGADOS : WELLINGTON DE LIMA ISHIBASHI - SP229720
WELLINGTON NEGRI DA SILVA - SP237006
RECORRIDO : SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV
RECORRIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : LUIZ FERNANDO SALVADO DA RESSUREICAO -
SP083480

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por HELCIO RODRIGUES DE MATOS E OUTROS, com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado (fl. 282):

POLICIAIS MILITARES. Quinquênios e sexta-parte sobre os vencimentos integrais de período anterior ao ajuizamento de mandado de segurança coletivo por associação de policiais militares. Ação proposta por policiais militares da ativa e por inativos. Ilegitimidade passiva de SPPREV, que não respondia pelos encargos das aposentadorias dos autores no período a que se refere a postulação, de 29-08-2003 a 28-08-2008. Não ocorrência do trânsito em julgado no mandado de segurança coletivo que não constitui óbice à demanda pelo período anterior ao seu ajuizamento. Não é caso de suspensão do processo porque haverá nova incursão no pedido e na causa de pedir, atendendo, ainda, à garantia de inafastabilidade da jurisdição. Ressalvado entendimento em contrário, adota-se a orientação fixada pelo Superior Tribunal de Justiça, pela interrupção da prescrição com o ajuizamento do mandado de segurança coletivo, cujo prazo voltará a fluir, pela metade, após o trânsito em julgado no referido processo. Prescrição afastada. Legitimidade ativa. Repercussão geral que não abrange essa hipótese. Legitimidade extraordinária da associação no mandado de segurança coletivo. Não se exige autorização expressa dos associados, nem comprovação do momento da filiação e tampouco apresentação de rol dos associados. Toda a categoria é beneficiada. Matéria de fundo. Quinquênios e sexta parte. Incidência sobre todas as verbas não eventuais que integram a remuneração regular dos servidores e os proventos de aposentadoria. Cabimento. Regramento do artigo 129 da Constituição do Estado aplicável também aos servidores militares.

Norma de superior hierarquia que prevalece sobre o dimensionamento mais restrito da Lei complementar 731/1993. Adicional de Insalubridade e Adicional de Local de Exercício que integram a remuneração dos policiais militares em caráter regular e serão considerados para efeito dos quinquênios e da sexta-parte. Recomposição das correspondentes diferenças dos cinco anos anteriores ao ajuizamento do mandado de segurança coletivo. Para evitar repetição de embargos de declaração com objetivo de acesso aos tribunais superiores, são abordados os questionamentos que neles vêm sendo formulados. Recurso parcialmente provido para, extinguindo o processo, por ilegitimidade passiva, em relação a SPPREV, afastar a prescrição e julgar procedente a demanda somente em relação ao Estado.

Na origem, trata-se de ação de cobrança ajuizada por policiais da ativa, inativos e pensionistas, visando ao recebimento das diferenças dos adicionais temporais quinquênio e sexta-parte, referente ao período dos cinco anos anteriores à impetração do *writ*, reconhecida nos autos do Mandado de Segurança Coletivo 0600593-40.2008.8.26.0053.

É fato que os processos no rito do mandado de segurança, mesmo coletivo, não geram efeitos patrimoniais pretéritos (Súmula 271-STF). Resta à parte autora pleitear, através da presente ação de cobrança, que a parte contrária efetue o pagamento das parcelas vencidas dentro do lastro prescricional que antecedeu a impetração do mandamus, isto é, de 28/08/2003 a 28/08/2008, acrescidas de juros e correção monetária (fl. 2).

Decisão de primeira instância julgou extinto o processo, com julgamento de mérito (fls. 228-233), declarando a prescrição.

Naquela decisão, tendo como pano de fundo a natureza da lide, foi decidido pelo provimento recursal, afastando, por conseguinte a prescrição.

Os embargos de declaração interpostos foram improvidos (fls. 357-359).

No presente recurso especial, o recorrente aponta, além do dissídio jurisprudencial, violação dos arts. 219 do CPC/1973 e 405 do CC.

Sustenta, em síntese, que o acórdão recorrido, ao dar provimento ao recurso dos interessados, condenou a Fazenda Pública ao pagamento das diferenças relativas aos cinco anos anteriores ao ajuizamento do *writ*, corrigidas monetariamente, desde o pagamento a menor e aos juros de mora com termo inicial no ajuizamento da ação ordinária de cobrança, e não a contar da notificação da autoridade coatora no Mandado de Segurança Coletivo.

Assim, considera que houve violação aos arts. 219 do CPC/1973 e 405/CC, *in verbis*:

Art. 219. A citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa; e, ainda quando ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição.

Art. 405. Contam-se os juros de mora desde a citação inicial.

Não foram apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido (fl. 364).

Sobreveio juízo de admissibilidade positivo na instância de origem (fls. 365-366).

O Ministério Público Federal opina pelo provimento do recurso especial, nos termos do parecer de fls. 374-377, que guarda a seguinte ementa:

Recurso especial. Ação de cobrança de parcelas vencidas no lustro anterior à impetração do mandado de segurança, no qual reconhecido o direito dos servidores. Termo inicial dos juros moratórios incidentes nas parcelas devidas pelo estado. Acórdão contrário ao entendimento do STJ de que os juros moratórios devem ser computados, a partir da "data da notificação da autoridade coatora no writ, pois é o momento em que, nos termos do art. 219 do Diploma Processual, ocorre a interrupção do prazo prescricional e a constituição em mora do devedor".

Parecer pelo provimento do recurso.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Este Superior Tribunal de Justiça já firmou entendimento no sentido de que o termo inicial dos juros de mora, em ação de cobrança dos valores pretéritos ao mandado de segurança, é o momento em que a autoridade coatora é notificada no *writ*.

Neste sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO DIREITO RECONHECIDO NA VIA MANDAMENTAL. AÇÃO DE COBRANÇA DAS PARCELAS ANTERIORES À IMPETRAÇÃO. PRESCRIÇÃO. AJUIZAMENTO DO WRIT. CAUSA INTERRUPTIVA DO PRAZO PRESCRICIONAL. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. NOTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE COATORA QUANDO DA IMPETRAÇÃO DO MANDAMUS.

1. Bem da verdade, cabe ao magistrado decidir a questão de acordo com o seu livre convencimento, não estando obrigado a rebater, um a um, os argumentos apresentados pela parte quando já encontrou fundamento suficiente para decidir a controvérsia (EDcl no AgRg no AREsp 195.246/BA, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 04/02/2014). Sendo assim, bem ou mal, certo ou errado, a Corte de origem decidiu a controvérsia de modo

integral e suficiente.

2. Por fim, acerca do momento da citação válida, sem razão ao recorrente, tendo em vista que o Superior Tribunal de Justiça declarou o termo inicial dos juros de mora, consequentes de ação de cobrança dos valores pretéritos ao mandado de segurança, é o momento em que a autoridade coatora é notificada no writ. Ademais, asseverou que a impetração do mandamus interrompe a fluência do prazo prescricional no tocante à ação ordinária de cobrança.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1711432/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 14/08/2018)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIDOR. DIREITO RECONHECIDO NA VIA MANDAMENTAL. AÇÃO DE COBRANÇA DAS PARCELAS ANTERIORES À IMPETRAÇÃO. PRESCRIÇÃO. AJUIZAMENTO DO WRIT. CAUSA INTERRUPTIVA DO PRAZO PRESCRICIONAL. LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA. DECRETO N.º 20.910/32. INAPLICABILIDADE DO CÓDIGO CIVIL. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. NOTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE COATORA QUANDO DA IMPETRAÇÃO DO MANDAMUS.

1. Não se conhece da alegação de ofensa ao art. 535, inciso II, do Diploma Processual, quando o Recorrente apresenta argumentação genérica, sem demonstrar, de maneira clara e específica, ausência de fundamentação ou a efetiva ocorrência de omissão no julgado recorrido; o que configura a deficiência na fundamentação do recurso especial, a atrair a aplicação da Súmula n.º 284/STF.

2. A impetração do mandamus interrompe a fluência do prazo prescricional no tocante à ação ordinária de cobrança - a ser proposta para o recebimento das parcelas referentes ao quinquênio que antecedeu a propositura do writ -, o qual somente tornará a correr após o trânsito em julgado da decisão proferida quando do julgamento do mandado de segurança. Precedentes.

3. Deve ser aplicada a prescrição quinquenal prevista no Decreto n.º 20.910/32, a todo qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a natureza, não sendo correta a analogia com o Código Civil, por se tratar de relação de direito público. Precedentes.

4. A definição do termo inicial dos juros de mora decorre da liquidez da obrigação. Sendo líquida a obrigação, os juros moratórios incidem a partir do vencimento da obrigação, nos exatos termos do art. 397, caput, do Código de Civil de 2002; se for ilíquida, o termo inicial será a data da citação quando a interpelação for judicial, a teor do art. 397, parágrafo único, do Código Civil de 2002 c.c o art. 219, caput, do Código de Processo Civil. Precedentes.

5. O termo inicial dos juros de mora da ação de cobrança, lastreada no direito reconhecido na via mandamental, deve ser fixado na data da notificação da autoridade coatora no writ, pois é o momento em que, nos termos do art. 219 do Diploma Processual, ocorre a interrupção do prazo prescricional e a constituição em mora do devedor. Precedentes.

6. Recurso especial parcialmente conhecido e parcialmente provido.

(REsp 1151873/MS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 13/03/2012, DJe 23/03/2012)

No mesmo sentido, manifestou-se o d. Ministério Público Federal, nos seguintes termos (fl. 377):

Logo, o recurso especial deve ser provido, tal como tantos outros interpostos contra acórdãos substancialmente idênticos ao recorrido, em confronto com a jurisprudência do STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial para fixar o termo inicial dos juros de mora na data de notificação da autoridade coatora no mandado de segurança coletivo que reconheceu o aludido direito dos recorrentes.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator